



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 13

Sessão Ordinária Junho

2.ª Reunião de 23/06/2014

Aos vinte três dias do mês de Junho do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroteia, na qualidade de Primeiro Secretário, e a Vogal Maria Leonor Nunes dos Reis, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Antero Marques dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Aida Isabel Pereira Tavares, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Henrique da Rocha Vieira, Ivar Jorge Alves Corceiro, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:45 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião da sessão.

Nesta reunião, não houve vogais a faltarem.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Jorge Manuel Mengo Ratola, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Maria José Teixeira de Morais Afonso França, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, e Carlos Manuel Silva Santos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Maria Leonor Nunes dos Reis, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Paulo Jorge Coimbra Fontes, e Aida Isabel Pereira Tavares.⁰⁰²

Nesta reunião da sessão ordinária não houve substituições de Presidentes de Junta.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Anabela de Almeida Saraiva, João Condinho Vargas, António Manuel Cruzeiro Natal Garcia e António dos Santos Costa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 4. - Apreciação e votação da 2ª Revisão às GOP e ao Orçamento 2014.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 04/06/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe, sendo que este não usou da palavra.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁴

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Senhores deputados municipais, membros do executivo e demais presentes.

Antes de fazer a intervenção gostaria de fazer uma chamada de atenção para o seguinte facto. Prende-se com o facto de pelo menos desde sábado ter ficado o site da Câmara Municipal de Aveiro, nomeadamente a parte que corresponde à Assembleia Municipal inacessível o que criou a impossibilidade de se proceder ao estudo e avaliação dos documentos de fundamentação par aos pontos desta sessão da Assembleia.

Isto não é a primeira vez que acontece. Tudo bem, os lapsos e os erros fazem parte da vida, da natureza das coisas, mas cumpre chamar atenção para isto para que se evite esta situação. Porque estando esta situação acontecer, que se tomem as medidas necessárias para que os deputados municipais tenham acesso aos documentos. Porque a realidade é que desde sábado de manhã até hoje ao meio da tarde, não foi possível aceder a documento nenhum. Isto assim não pode ser.

Avançando para o ponto. Esta revisão prende-se efetivamente com a integração dos SMAS, portanto dos seus saldos, das suas receitas, portanto das suas contas. Estamos a falar de cerca de oito milhões de euros, portanto o saldo dos Serviços. E nota para o acréscimo à receita de cinco milhões de euros de vendas de terrenos por forma a equilibrar o orçamento da autarquia!?

Da nossa parte consideramos isto de alguma forma natural dado aquilo que foi o encerramento dos SMAS, o lamentável encerramento dos SMAS. De qualquer forma preocupa-nos a colocação desta verba, na exata medida, nomeadamente dos cinco milhões de euros de vendas de terrenos, porque nos parece que nós já temos por tradição aqui em Aveiro e neste caso mais uma vez orçamentos fantasiosos e isto de facto coloca enfim, até prova em contrário, coloca um pouco mais de fantasia em cima de fantasia. Tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁵

“Boa noite a todos os presentes. Bem, eu entendo o discurso que de isto é apenas uma obrigatoriedade técnica e legal a propósito da integração dos serviços na Câmara

Municipal. Mas essa integração é uma linha política com a qual o Bloco não pactua e isso chega para não poder votar a favor.

Mas não sendo técnico oficial de contas intriga-me estes cinco milhões de euros que são justificados apenas para equilibrar orçamento!? A minha interpretação semântica e não legal, de um registo previsional, é de que ele não é um remendo mas sim uma intenção. A Contabilidade previsional é sempre uma declaração de intenções e por isso eu gostava de saber do que é que se trata neste valor de mais de cinco milhões de euros.

E gostava de também, porque não vem na revisão mas eu estava à espera de ver porque foi público nos jornais que esta é uma das doze câmaras, que das cento e setenta e quatro, aceita a privatização da EGF!? Portanto eu gostava de saber se isso é mesmo verdade, porque isso veio no Jornal Económico, gostava de saber se isso é mesmo verdade. E se for verdade, quando é que pensa colocar isso no orçamento. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁶

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁰⁷

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁰⁸

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Senhor Presidente é muito rápido. E pedia a bonomia de V. Exa para a minha intervenção, porque é uma intervenção que indiretamente tem a ver com este ponto, mas acho que o interesse aveirense imporá que se faça essa pergunta.

Estamos a tratar dos SMAS, mas durante os últimos dias houve praticamente três dias, nalguns casos quatro, que não foi o site que estive em baixo, mas foi as torneiras dos aveirenses que estiveram em baixo, sem água!?

Portanto, aproveitando o ensejo, importaria questionar o Senhor Presidente, com a permissão de V. Exa, se podia dar algumas explicações sobre a matéria, uma vez que esta é uma questão de verdadeiro interesse municipal e era importante que publicamente pudéssemos saber desta questão. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Obrigado a todos pelas questões. A primeira, a tal operação de equilíbrio orçamental, obviamente são as leis — nós só temos uma solução. Probabilidade de execução baixa... bem, não vale a pena dizer mais nada. Obviamente não podemos dizer que é zero porque se for zero não podemos fazer a previsão. É previsível, temos esses bens para vender e muitos outros bens de mais valor, mas obviamente todos temos boa consciência, aliás relembro aquilo que aqui disse na assembleia municipal, aquilo que é uma preocupação nas interações que tenho com o governo e que tenho tido em todas as reuniões, é que a Câmara Municipal de Aveiro e muitas outras câmaras do país, incluindo algumas das maiores camaras do país, não vão poder fazer orçamento em 2015. Porque há uma lei que determina o equilíbrio orçamental (receita igual à despesa) e a lei do orçamento do estado em vigor determina que não se pode esta componente de construção da receita com o património como a temos usado. Temos que ir à média dos últimos três anos e pôr o valor. O que quer dizer o quê: impossível fazer os orçamentos! Portanto o governo sabe disto, a chamada de atenção é permanente, porque pura e simplesmente isto é um exercício impossível. O legislador inventou, legislador em regra em Portugal tem esta condição, legisla e é inocente — que é uma coisa inacreditável dum país de irresponsáveis como o nosso. Porque obviamente um legislado e irresponsável quando legisla duas legislações

incompatíveis tem de resolver o problema. Em Portugal não é assim. E portanto anda o senhor Secretário de Estado a ver se resolve a solução. E eu que lhe reconheço muito valor e capacidade imaginativa não vejo como ele vai sair deste problema sem criar uma alternativa que não seja uma terceira construção legal que venha a resolver este problema. Mas está tudo claro. Que não haja dúvidas! O Filipe Guerra, o Ivar, Picado, enfim, todos falaram disto, isto é claro e cristalino que não haja dúvidas sobre o exercício que estamos a fazer.

Filipe Guerra, tomei nota do site. E quando for assim alguns de vocês tem o telemóvel, chega um SMS. Já nos aconteceu a nós estarmos a trabalhar aos sábados e ao domingo, e o que é que fazemos: ligamos aos nossos informáticos para tratarem de resolver o problema e em regra têm resolvido. Portanto o sistema (o nosso como todos) por vezes tem problemas, mas tenho de dar o testemunho que a nossa equipa informática tem sido diligente quando há problemas. E repito, neste tempo já tivemos problemas, eles têm sido diligentes e têm sido capazes de resolver. Portanto um simples SMS de alerta, porque obviamente não estamos todos a navegar nas matérias, ajuda-nos a acionar a nossa equipa que depois resolve o problema. Normalmente resolve este tipo de problema.

O Ivar colocou também a questão da EGF. Dizer que nós não temos decisão tomada. Obviamente para vendermos tem de haver deliberação de câmara e de Assembleia municipal. Aquilo que dissemos ao governo e escrevemos é da nossa disponibilidade em vender. Portanto colocámos um conjunto de questões, está a ser feito um estudo interno, e aquilo que dissemos foi (escrevemos): temos disponibilidade para vender.

Não temos nenhuma reserva política ou de princípio contra a privatização — que está mal feita, mas isso é enfim outra matéria. Precisamos de dinheiro. Precisamos muitíssimo de dinheiro e manifestámos essa disponibilidade. Aguardamos que o processo também ganhe maturidade para que possamos dizer queremos mesmo vender e obviamente quando essa decisão estiver tomada pois com certeza temos de levar o dossier ao executivo municipal e temos de trazer o dossier à assembleia municipal. Aliás, quando o meu colega de Coimbra me disse: é pá, se fores vender diz-me, que eu quero usar o direito de preferência. Eu disse: encantado, com uma condição, não há prazo de pagamento para os colegas. Há o direito de preferência, tenho o maior gosto, até tinha graça política a Câmara de Coimbra comprar a posição à Câmara de Aveiro. Teria o maior gosto do mundo, mas depois não venhas dizer que precisas de uns anos para pagar, porque a única hipótese que há é a prontinho e aí a conversa acabou. Porque sendo uma Câmara mais desafogada não tem lá seiscentos mil euros, se este for o preço base, na minha opinião há-se ser muito mais que o preço base, mas não estou por aí a ver Câmaras a querer comprar posições a empresas deste género gastando umas centenas de milhares de euros.

O Dr. Marques Pereira coloca esta questão e, portanto, vamos colocá-la dentro da ambiência dos serviços municipalizados. E como não há serviços municipalizados, quem o canalizador de serviço na nossa Câmara Municipal? Sou eu.

Basicamente por que (e lembrem-se da nossa conversa de quinta-feira) não há na nossa Câmara técnico responsável por esta área. E portanto, quem foi o técnico, quem é que andou ao telefone, com SMS, com emails, a falar à comunicação social, a falar aos municípios, a falar à ADRA, a falar ao Carvoeiro? Eu próprio. Na sexta-feira à noite, no sábado, no meu domingo, aliás já Portugal ganhava um zero a dez minutos do jogo quando tive a última entrevista à antena 1 que achou um interesse enorme! Fiz quatro entrevistas à antena 1 para dar notícia como é que já estava o nosso fornecimento.

Sumariamente o que é que aconteceu? Trata-se da conduta mãe do sistema do Carvoeiro. Portanto esta conduta é uma conduta da Associação de Municípios do Carvoeiro. É a conduta principal de abastecimento aos municípios da zona sul. E os dois

principais concelhos da associação são Aveiro e Ílhavo. Estamos agora a crescer para Vagos e Oliveira do Bairro que não pertenciam à associação. E esta conduta, que não é a primeira vez que teve crise. Já há muitos anos crises, mas esta foi uma crise muito grave. Por que é que aconteceu? Na zona de Angeja, quando vimos da AI e há aquela descida toda até chegarmos cá abaixo, essa coluna dessa conduta que vem lá do Carvoeiro, faz um trajeto idêntico ao da estrada. Portanto vence todo aquele desnível. Portanto há uma coluna com 150 metros que chega cá a abaixo e faz um cotovelo apertado que provoca uma pressão muito alta naquela dobra da conduta, mais ou menos 15 quilos por centímetro quadrado. É uma pressão brutal. Estamos a falar de uma conduta de ferro. É uma conduta capaz, mas o que aconteceu é que partiu devido a movimentos da terra. É evidente que se a conduta partisse no inverno tínhamos um problema não tão simples porque a conduta anda debaixo de água. É evidente que estes problemas em regra não acontecem no inverno porque por um lado a água e por outro lado a baixa temperatura acomodam melhor a tubagem. Em regra o risco maior destes problemas acontecerem é quando os terrenos estão secos e as temperaturas têm variações e nomeadamente atingem valores mais altos. E portanto tivemos uma rutura na sexta-feira ao início da noite. Nestes processos a reação é muito rápida, o concessionário do Carvoeiro, as Águas do Vouga, acionou imediatamente os empreiteiros, os empreiteiros operaram e no sábado a meio da tarde foi reativada a conduta. E portanto algumas das casas que não tinham água no sábado começaram a ter. Mas pouco depois deixaram de ter porque houve um segundo rebentamento da conduta na mesma zona. Essa, não há no histórico da associação o conhecimento de uma segunda rutura. Dizem os técnicos que o que motivou o segundo rompimento foi que a conduta foi carregada muito rapidamente e não aguentou a carga rápida e portanto não aguentou e teve uma segunda rutura.

Entrou-se ainda no sábado à noite no refazer os trabalhos, portanto a conduta tem de ser seccionada, purgada de água, e portanto é iniciado um processo muito complexo fundição, de soldadura, para tapar este tipo de rompimentos. E essa operação depois foi mais demorada porque choveu densamente durante toda a tarde de domingo, e portanto a humidade baixa um bocadinho a eficiência do processo e modificou todas previsões. Fica pronta às quatro, fica pronta às seis, ficou pronta às oito e meia. E depois tomou-se a decisão de carregar a conduta de forma lenta. E portanto uma conduta que tinha demorado quinze minutos a carregar na sexta-feira demorou duas horas e meia a carregar. Para quê? Para o risco de carregando depressa pudesse ter outro rompimento na conduta. Portanto a conduta foi carregada devagar e por isso é que recomeçou a chegar água a casa das pessoas cerca da meia-noite. E de manhã o sistema estava quase completo. Porque depois como é que isto funciona? Já agora ficam a conhecer o sistema todo. A conduta alimenta os nossos reservatórios. Os reservatórios primeiro têm de ser cheios para atingirem os níveis de pressão para poderem descarregar para a rede. Portanto não é automático. Não. Primeiro é preciso carregar os depósitos, carregados os depósitos, pelos sistemas em que se baseia na gravidade começa a distribuição.

Tivemos cerca de cinquenta por cento da área do município afetada. E porquê não toda? Porque há uma parte que tem captações próprias. O nosso município tem basicamente três grandes fontes de água. A principal que abastece cerca de setenta por cento é o Carvoeiro. É esta conduta mãe. A segunda são as nossas captações em profundidade que tem cerca de vinte por cento na nossa produção. E depois um bocadinho menos de dez por cento as nossas queridas captações do Vale das Maias.

E portanto o que é feito em situações deste género é acionar o máximo de produção, tudo o que é produção é posto a dar o máximo. E por isso houve várias zonas do município que não repararam que tínhamos um problema.

Temos um problema, ainda houve um munícipe nosso a brincar comigo “por que é que em Ílhavo não havia falta?”. Por uma situação muito simples. Ílhavo tomou uma decisão, enfim, já é uma obra feita pelos meus ante-ante-sucessor. Portanto foi o terceiro presidente da Câmara de Ílhavo que acabou esse trabalho. O sistema de Ílhavo é igual ao de Aveiro. As mesmas três fontes, apenas há uma dependência menor do Carvoeiro. Em Ílhavo a dependência do Carvoeiro é de cerca de quarenta por cento, cerca de metade. E qual foi a solução técnica em Ílhavo? É que todo o sistema está em rede.

Se eu tenho neste depósito, por exemplo, todos conhecem, no depósito da Barra eu consigo, como os depósitos estão todos em rede, eu consigo levar água daquele para todos os outros. O depósito principal do Carvoeiro está lá mesmo junto da Câmara de Ílhavo e portanto o depósito como aconteceu foi a zero, mas o sistema como está em rede permite que as outras captações carreguem para o depósito que foi a zero.

No nosso município esse trabalho não foi feito! Há rede num número muito reduzido de depósitos, portanto não podemos transportar água para alguns das nossas captações. Portanto há bloqueamento porque eles têm uma dependência completa desta conduta do Carvoeiro. O que é que vai acontecer? Na obra de ampliação do Carvoeiro que já está executada esta conduta como é uma conduta problemática vai ter uma construção de um bypass para termos uma redundância no sistema que nos permita estarmos mais descansados e baixar o risco de uma ocorrência deste género que pode voltar a acontecer. E portanto neste troço, que é basicamente entre Angeja e Cacia vamos ter um bypass à conduta para termos ter redundância e poder ser acionado no caso de haver uma rutura. Isso, repito, está em execução na obra pelo Carvoeiro e nós vamos ter de olhar para isto.

Ontem mesmo, nas muitas conversas com a ADRA quer com o Carvoeiro, enfim, já estivemos a discutir alguns princípios e vamos ter de olhar para isto e verificar que planeamento é que temos de fazer para melhorar esta forma de gestão e precisamos claramente de um depósito mais na zona que foi a mais afetada, aquela que reagiu mais rapidamente à falta de água, exatamente o eixo S. Bernardo/Oliveirinha/Mamodeiro.

Portanto precisamos de olhar para o território e é preciso cuidar desta existência para que tenhamos sempre alguma capacidade de armazenamento. Obviamente não é possível ter todo o armazenamento do mundo, mas para termos numa situação deste género, nós termos capacidade de aguentar um dia, dois dias, para não termos situações como aquelas que vivemos.

Portanto foi um acidente desta natureza. Não é normal, é absolutamente excepcional, tecnicamente pode acontecer, e tem a ver com defeitos que o nosso sistema tem porque não tem a tal rede que nos permite fazer transvazes de armazém para armazém — como noutros municípios, não é só o de Ílhavo. Outros municípios têm estes mecanismos para baixar o risco de não termos problemas de fornecimento. Como por exemplo, eu hoje já não sou capaz de detetar isso, por exemplo nalguns municípios, isto foi muito discutido no Carvoeiro, a água do Carvoeiro era considerada água má. Porquê? Porque tinha sabor. Em regra, as nossas captações no cretácico a duzentos e cinquenta ou trezentos metros de profundidade ou as nossas captações do Vale das Maias (as de Aveiro) e do Vale das Castelhanas (as de Ílhavo), não são captações de superfície não precisam de tratamento. As do Carvoeiro como são águas de captação superficial precisam do tratamento, basicamente por cloro — o que deixa um resíduo de sabor. E portanto em vários municípios tivemos muitas reclamações de que “aquela água sabia mal”. E em alguns municípios (em Ílhavo fazia-se) fazia-se circular a água. As pessoas bebiam mudando as fontes para que rodasse a fonte da água porque o sistema permitia esse tipo de capacidade técnica. Aqui o sistema só nos permite parcialmente. E temos um outro problema, nas altas da cidade, isso aconteceu na zona de Esgueira, em que os nossos

depósitos mais altos têm o mesmo problema — tem uma capacidade de carga baixa. E depois há uma outra questão importante que é a capacidade de transporte. Portanto é preciso capacidade de carga, de armazenamento, e capacidade de transporte. Porque se a capacidade de transporte for baixa andamos dias e dias a bombar água e primeiro que conseguirmos encher um depósito passamos a vida naquilo.

Portanto só para vos dar esta nota e saberem um bocadinho mais do nosso sistema, sabendo que sou eu atualmente o especialista do nosso município nestas matérias! E portanto tive de trabalhar com os nossos técnicos e vamos rapidamente tratar disto e desenhar também (foi um outro acordo feito ontem) um plano de contingência para situações análogas. Para que, enquanto tivermos a estrutura que temos, possamos ter uma bateria de transportes móveis de água para podermos responder a isto.

Enfim, foi um mal, foi um transtorno, quem o viveu sabe bem, enfim, a luz também faz falta, mas a água é essencial. Mas é a tal história de tirarmos as coisas boas dos acontecimentos negativos. Foi a aprendizagem de ganharmos consciência de como funciona o nosso sistema, para na fase em que estamos da revisão de investimentos com a própria ADRA e do projeto de expansão do próprio Carvoeiro, nós olhemos para isto e pormos agora equipas técnicas a trabalhar para virmos a fazer investimentos que melhorem esta nossa condição e baixem o risco de ocorrências desta tipologia.

Enfim, considerando que a matéria tem absolutamente a ver com a revisão orçamental, fica aqui a explicação. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹¹ Ponto 4. - Apreciação e votação da 2ª Revisão às GOP e ao Orçamento 2014, sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD15+CDS6+IND), catorze abstenções (PS10+PCO1+IND3) e um voto contra (BE1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 5. - Apreciação e votação do “Pacto dos Autarcas”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 23/04/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰¹² deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹³

“Muito obrigado Senhor Presidente. Para os autarcas já não é novidade para ninguém. No âmbito do processo que estamos a desenvolver na RUCI, entendeu-se que deveria haver uma revalidação política. É um ato meramente político, simples, que o fizemos na câmara, que o entendemos devemos praticar na Assembleia e aprovar um pacto que fundo é um pacto de sustentabilidade, dos bons valores de distribuição do território, de equilíbrio entre desenvolvimento urbano e desenvolvimento ambiental, enfim, daquilo que é de todos conhecido. É um ato político formal que compõe o trabalho e o projeto que está em desenvolvimento na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, na tal Rede Urbana para a Competitividade e Inovação que chamamos pela abreviatura RUCI.

Mas mais que o documento e a formalidade é obviamente que sejamos capazes de executar.

E para isso, este projeto que tem como instrumento principal uma agência para sustentabilidade, enfim, trabalharmos para que ele tenha sucesso no sentido de que em primeiro capacitar as equipas técnicas dos municípios associados para todas estas áreas que vão muito às questões ambientais e de eficiência energética, entre outras, para que nós possamos tirar proveito no âmbito desta oportunidade que temos no âmbito deste projeto, para capacitar repito as nossas equipas técnicas e obviamente depois no trabalho de desenvolvimento poderemos ir ao longo do tempo desmultiplicando toda essa informação e toda essa capacitação para os agentes económicos e para os nossos cidadãos.

E portanto é o ato político de termos também nesta assembleia municipal esta participação num processo que é de todo desconhecido, mas é importante. Sejam os obviamente capazes de o concretizar na nossa gestão autárquica. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

“A propósito deste pacto de autarcas, como o senhor Presidente da Câmara disse, isto de facto é um ato político, essencialmente político. O plano de ação para a energia sustentável que pressupõe a entrega de relatórios de implementação, mas faz-se acompanhar este documento com um estudo da Universidade de Aveiro. E este sim, este já contém um conjunto de dados mais interessantes.

Primeiro facto, e este é um facto tristonho, é o estudo da Universidade estar datado de 2005!?! Estamos a falar de um estudo muito provavelmente, em virtude do ciclo económico e até do ciclo demográfico da região de Aveiro, hoje em dia estará desatualizado e a precisar de afinações com certeza.

O estudo prevê por exemplo aumentos de consumo eletricidade, de consumo de gás, tomado como referência o ano de 2020, com sucessivos aumentos de consumos! Não é de todo claro que isso se esteja hoje a verificar.

De qualquer forma o estudo da Universidade de Aveiro, e isto é que é mais interessante, contém um conjunto de ideias a executar neste pacto de autarcas, como exemplo a valorização da bicicleta, a renovação da frota automóvel municipal, a adesão dos municípios ao transporte público, a reabilitação de redes viárias, a implementação da habitação social sustentável, a implementação de medidas anti desertificação urbana, nomeadamente no sentido de aproximar a as populações da vida nos centros da cidade, e não como temos assistido nas últimas décadas ou seja a criação de áreas residências, ato eterno, nos perímetros das concelhos.

O estudo refere ainda a necessidade de se fazer reflorestação quer natural quer artificial, e outra ideia que me chamou à atenção tem a ver com o aproveitamento das energias renováveis.

Eu acho que a maior parte das ideias são justíssimas, pressupõem valores justíssimos como o senhor Presidente da Câmara disse. Agora, o que deixa um amargo nesta situação é sem dúvida isto ser um acto político e não ser mais do que isso.

Basta ver algumas das medidas que aqui estão, quando a Universidade defende a adesão e a valorização do transporte público e nós sabemos que temos uma Câmara Municipal em que o executivo camarário tem feito exatamente o contrário – a desvalorização do transporte público a todo custo. Bem, nesse sentido cremos que isto não passa de facto de um acto político, não obstante algumas informações que contém ”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

“Bem para dizer que na opinião do Bloco de Esquerda a adesão ao pacto de autarcas é e deve ser mais que um ato político simples. Aliás, deveria ser prioritário na política autárquica. O pacto de autarcas que é uma iniciativa da Comissão Europeia para a política de energias renováveis, tem se for levado a sério, objetivos concretos bastante concretos que não podem ser filhos de uma vaga intenção. Aliás, o PSD já considerou no passado isto como um ato político simples, talvez por isso o município que aderiu em 2009 até agora não cumpriu com nada. A não ser desligar alguns candeeiros públicos da EDP tenha sido feito neste contexto, mas julgo que não.

Aderir ao pacto de autarcas implica até 2020 reduzir em vinte por cento a emissão de CO2 e um aumento de eficiência energética e incorporação efetiva nas energias renováveis. Isso só para dizer que o Bloco fica à espera de um plano concreto de boas práticas de sustentabilidade que significa é verdade consumir menos energia. E portanto esse plano tem de passar pela tecnologia que hoje em dia permite mais do que está a ser feito em Aveiro.

E espera também um excelente Plano de Mobilidade, que até agora não existe – antes pelo contrário. E nesta matéria, iremos lembrar também várias vezes este pacto. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

“Bom. Consideramos que este Pacto de Autarcas é um documento de certa maneira importante e que representa como que, digamos, a palavra da vida. A orientação que se procura no âmbito da sustentabilidade energética, no âmbito da inovação, do desenvolvimento, por assim dizer, é um repositório de ideias que se vão conseguindo para que a nossa vida seja melhor cada vez mais. Pronto, nessa medida nós estamos de acordo. Este é um documento político e meramente programático que se não passar disto é “olhai ao que eu digo, não olhais ao que eu faço”. Portanto está mais ou menos nessa teoria.

Portanto, isto vem muito, já agora, porque eu faço uma conotação, nós quando ouvimos a este executivo a sua ação de propaganda não lhe ouvimos coisas que não devam ser feitas. Realmente é assim. Nós aprovamos (enquanto não mexerem na área económica) aquilo que é anunciado. O que é proclamado do executivo através do senhor presidente quando fala devemos fazer isto ou devemos fazer aquilo, devemos ficar entusiasmados, é verdade. Agora daí à concretização vai uma distância importante entre o dizer e o fazer. E há muitas coisas que realmente não conseguem ser feitas. Mas o sonho alimenta a vida é bem que haja um sonho.

Transportando-nos agora, reconduzindo-nos novamente ao documento, eu acho que o Pacto deve ser subscrito. Os subscritores devem fazer um esforço em adotar medidas concretas em que alguns destes pontos tenham realização. Já se sabe que como documento programático não terá uma realização plena, todos sabemos isso. Mas muitas vezes há coisas que se podem e devem fazer que não custa dinheiro. Há coisas, por exemplo estou a pensar um indivíduo que está à beira de um lago, que não tem braços nem pernas e que tem sabão ao lado e não lava a cara, e diz eu não me lavo porque não tenho meios. Portanto há muitas coisas que se fazem sem meios. Mas nesta medida nos estamos de acordo com o Pacto e convidamos os subscritores a que façam um desenvolvimento concreto na medida esforçada daquilo que seja concretizável e possível à luz da realidade económica em que vivemos. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[017](#)

“Apenas para dizer que ao Pacto em si e aos objetivos que se pretendem atingir, praticamente já tudo foi dito. Apenas queria realçar o facto de que estes assuntos só terão sucesso se implementados em rede. As entidades envolvidas, instituições municipais, CIRA, e tal como noutras matérias é assim que devemos implementar estas medidas. Sabemos que por vezes há dificuldades, mas sabemos que este é o caminho e que só a entrada de novas entidades e a renovação digamos de votos neste sentido é que se conseguirá esses objetivos. Isto é um objetivo que passa pela decisão da Comissão Europeia, a implementação, mas isso só se consegue com a participação dos estados e por aí abaixo pela rede de reforma e é aí que devemos estra. Disse.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

“Muito Obrigado Senhor Presidente. Em relação a este assunto é evidente que não há, enfim, nós acompanhamos a Câmara naturalmente na adesão ao Pacto dos Autarcas, mas até retomando um pouco as intervenções que aqui já foram produzidas, dizer que nós gostaríamos de aderir a esta propositura da Câmara, mas não o fazendo de uma maneira seguidista ou porque fica bem politicamente fazê-lo.

Eu acho que importa olhar para estas questões e outros projetos europeus, como uma oportunidade de melhorar e fazer coisas boas. E de facto o estudo que acompanha este processo da Universidade de Aveiro, como já foi dito é muito antigo e eventualmente em algumas das suas premissas esteja até desacuado à realidade.

Mas no entanto, as medidas que contemplam e fazem parte deste documento são bastantes importantes e há caminho para as fazer em Aveiro e de as melhorar.

Eu elencava só cinco, que dizem respeito à energia elétrica, à questão da água, à otimização da bicicleta, à contenção dos perímetros urbanos, e à valorização dos transportes públicos.

Em relação a estas cinco matérias importaria que a Câmara pudesse para além da vontade política de aderir a este pacto, pudesse dar-nos nota de quais são os objetivos ou subjetivos que pretende implementar para fazer cumprir estes parâmetros. Sendo certo, estou convencido, que ninguém exigirá que daqui a uns anos o Senhor Presidente venha a esta Assembleia (bem, em principio já não será o senhor presidente em 2020, será seguramente um presidente socialista), mas imaginando que seja o senhor presidente ou alguém por si dizer que foram cumpridos dezanove por cento ou vinte — não é disso que se trata. Importa aqui tentar encontrar um rol de medidas que nos possam conduzir num caminho de assunção de objetivos realistas.

O Caso da energia elétrica é necessário fazer otimização da utilização nos muitos edifícios atuais que temos, na via pública. Na água há caminho para fazer nomeadamente na rega que é feita no domínio público. Na otimização da bicicleta V. Exas já aqui deu notícia da reformulação do projeto das BUGAS mas sem grandes novidades. Mas assumindo que há uma equipa a trabalhar nessa matéria. Na contenção dos perímetros urbanos aqui também uma preocupação que nós aqui temos vindo a dar voz, que se prende com os instrumentos de gestão territorial mormente do PDM. E essa é uma preocupação muito forte nos PDM de segunda geração. É precisamente dar importância aos solos, mas que é natural que os privados tenham uma apetência construtiva grande, mas as Câmaras tem de saber resistir a isso. Num cenário de crise económica onde as Câmaras precisam de potenciar a sua receita, mas que já não será naturalmente à custa da construção civil.

Depois a valorização do transporte público, se4ndo certo que nos últimos anos (já foi dito) temos assistido precisamente ao inverso, à desvalorização do transporte público, nomeadamente com o tratamento negativo que foi dado à MoveAveiro e à multiplicidade de decisões, más decisões de gestão, que foram protagonizadas por essa empresa.

E portanto, entendemos que há muito trabalho para fazer. Esta será seguramente uma oportunidade para a Câmara neste quadro do Pacto dos Autarcas poder mostrar coisas concretas que indiquem qual o caminho a percorrer para que cada uma desta metas sejam cumpridas. E será de facto importante que essa discussão aqui seja feita porque ela é transversal a outras áreas da governação que são tão caras ao grupo municipal do PS como ao Executivo.”

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰¹⁹

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰²⁰

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²¹

“Boa noite a todos. Em primeiro lugar gostaria de regozijar-me por haver um pacto desta natureza. E depois relembrar que países já nossos parceiros na união europeia, que encontraram no desenvolvimento sustentável uma forma de desenvolvimento económico.

Por um lado de atração de melhoria de imagem de marca das cidades ou das regiões onde as normas mais utilizadas para desenvolvimento sustentável eram visíveis e portanto é fácil justificar o pedido de investimento a empresas que fossem “limpas” sobre o ponto de vista ambiental ou menos poluidores. E em segundo lugar porque isso deu origem as novas formas de cooperação entre entidades públicas e entidades privadas e criaram-se novas indústrias ou fez-se a reconversão das indústrias existentes, no sentido do aproveitamento do conhecimento que existia nas mesmas.

A Alemanha é um caso típico. Há muitas regiões da Alemanha onde isso aconteceu. O Problema ambiental foi transformado na indústria do ambiente e a Alemanha certamente que terá lucrado muito em termos de desenvolvimento económico. Portanto eu pendo que seria útil que nós olhássemos para este pacto de autarcas para o desenvolvimento sustentável não apenas sob o ponto de vista endógeno e idealista e da nossa necessidade de proteger o nosso futuro e o futuro dos nossos filhos e netos, mas também como fator de atração de empresas e como fator de desenvolvimento económico e social. E existe na região o conhecimento que pode potenciar nesse sentido.

Mas deixem-me fazer só um pequeno reparo. Já aqui foi chamado à atenção para o facto do estudo que está na base deste Pacto de Autarcas ser de 2005. Estamos em 2014. Permita-me que lhe diga que não é boa política, penso eu, numa área, numa matéria que tem evoluído tanto nos últimos anos, que nos estejamos a basear nos processos de intenções ou tomada de medidas, num estudo que já tem nove anos. Seria muito útil que esse estudo fosse renovado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“Senhor Presidente muito obrigado. Eu quando fiz a referência de ser um ato político simples, estava a falar da simplicidade de o tomar. Não estava a falar da complexidade de o praticar. Deixemos isto bem claro. Para mim assinar o Pacto de Autarcas é um compromisso e os compromissos são para se cumprir. E nós, para assinar o pacto precisamos cumprir as medidas que o pacto quer que sejam cumpridas, obviamente que não. Podemos fazer tudo o que o pacto quer que seja feito sem o assinar. Pronto e aí entra a importância política, o simbolismo político. E algumas iniciativas comunitárias

que exigem que os municípios só são elegíveis quando são subscritores do pacto, em questões mais ligadas ao ambiente e à aprovação biodiversidade. Portanto a questão política é essa. A importância substantiva é que conta.

Já agora, só para dar duas ou três notas sobre algumas coisas que vocês disseram. Nós já tomámos nestes oito meses um conjunto vasto de medidas para começarmos a trabalhar esta matéria. Há uma equipa para gerir a energia que não havia; já temos um primeiro relatório de caracterização e de medidas para gerirmos muito melhor a energia; há uma equipa para gerir a água, também não tínhamos. Já temos um primeiro relatório de caracterização e um primeiro conjunto de medidas já tomadas. Há o relançamento do nosso plano municipal de transportes. Há o fecho, que é público, com apresentação pública próxima do plano intermunicipal de transportes. Há o estudo que estamos a fazer e que cá o discutiremos, sobre a sustentabilidade técnica e financeira e o modelo de gestão dos nossos transportes públicos — os nossos sistemas de transportes rodoviários e marítimos.

Portanto, há o trabalho de relançamento da BUGA. O cuidar da presença da bicicleta como um instrumento importante para mobilidade.

Portanto há um conjunto vasto de medidas já tomadas, em primeiro lugar de capacitação da própria organização para cuidar destes aspetos e segundo lugar obviamente de conhecimento, cadastro do conhecimento, de tomar medidas, de desenhá-las e executá-las para melhorarmos a nossa performance a este nível. Portanto não estamos à espera de assinar o pacto, também motivados por o querermos assinar e o querermos cumprir, há já um conjunto de medidas que estão tomadas e que estão a ser devidamente trabalhadas. Por exemplo a nota que o Simão Quina aqui referenciou da Educação Ambiental, é para nós importantíssima.

A Câmara já no passado fez algum trabalho, mas tem de fazer muito mais e planeado. Porque nós não temos um plano de trimestre nem de semestre nem de ano nem de nada, de educação ambiental. E vamos passar a ter, no caso, um plano anual, agregado ao ano letivo, para termos trabalho planeado de educação ambiental, porque obviamente é um instrumento importantíssimo para capacitarmos os cidadãos para serem parte deste processo, que obviamente são fundamentais.

Aliás, nesta questão da rega até me lembrei de falar na questão da eficiência hídrica, que uma das medidas que tomámos no sábado para pouparmos água, foi mandar fechar toda a nossa rega. Porque de vez em quando como nós vemos está a chover e está a regar porque não é fácil os sistemas serem desligados. Dá um trabalho imenso, são muitas horas para desligar os sistemas. Portanto foi uma das medidas que se tomou para se baixar o consumo desnecessário, o consumo secundário, numa atitude que é o consumo humano que tem de ter prevalência. Com a vantagem, mas aí foi só coincidência, de que choveu no fim-de-semana, mas isso é mera coincidência.

Portanto há uma abordagem total porque queremos assinar o pacto e queremos ser consequentes com o cumprimento de objetivos que se possam ir medindo ao longo do tempo nestas várias matérias tão importantes.

A outra questão que vários de vocês referenciaram e nomeadamente com mais ênfase o Prof. Henrique Diz, é esta do estudo de 2005. É este porque não temos outro. E um dos objetivos do trabalho da agência, portanto nós, uma das componentes que se cria com este projeto que estamos a executar no âmbito da RUCI é a tal agência para a sustentabilidade, que vai trabalhar estas matérias. A Universidade de Aveiro é o nosso parceiro neste projeto, relembro, para que nós possamos ter mecanismos de caracterização e de permanente atualização destas matérias. E além do mais, um mecanismo simples e eficiente de monitorização, para podermos ir medindo as evoluções tenham elas o sentido que tiverem. Mas pronto, o pressuposto tinha que ter uma base. A

base é a que existe. Na certeza absoluta que com esta agência, que é trabalhada pelos onze municípios da comunidade intermunicipal e pela Universidade Aveiro, há com certeza mais do que produzir um estudo de vez em quando.

Vamos ter a capacidade de produzir informação regular sobre a forma como a região está manusear cada uma destas componentes tão importantes que integram e compõem o Pacto de Autarcas. E obviamente aquilo que disse e que subscrevo, muito deste trabalho obviamente se o fizermos bem, nesta relação de desenvolvimento do território e conhecimento com a parceria de primeira instância que temos com a nossa Universidade, obviamente que deve ser geradora de oportunidades de emprego e de geração de riqueza e de criação de empresas novas, para tirarmos valor económico desta aposta que é importante, todos temos consciência, para que a possamos fazer bem.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²³ Ponto 5. - Apreciação e votação do “Pacto dos Autarcas”, sendo aprovado por maioria, com trinta e seis votos a favor (PSD15+CDS6+PS10+BE1+IND4), uma abstenção (PCP1), e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²⁴

“A minha declaração de voto é aquilo que foi a minha intervenção neste ponto.”

Ponto 6. - Apreciação e votação da “Carta Para a Governação a Vários Níveis na Europa”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 04/06/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰²⁵ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

“Muito obrigado. Este é um processo também político de compromisso com objetivos muito importantes, que por mais que entendamos importantes se decidiram articular e elencar num documento muito simples, muito pequeno além do mais, mas muito concreto. É mais um compromisso, este que nasceu do trabalho no Comité das Regiões. Eu como membro do Comité das Regiões já apanhei o trabalho na sua recta final. Ele teve um longo processo de desenvolvimento porque além de ter sido produzido no Comité, o Comité quis envolver a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu e por isso foi o anúncio público e o início da subscrição da Carta foi a forma que a União Europeia escolheu para este ano ter comemorado o dia da europa — o dia nove de maio. Portanto tem a importância de ter objetivos, aos quais, enfim, damos mais importância a uns ou a outros, mas todos eles no seu conjunto são muito importantes. Quer aqueles ligados à racionalização dos recursos públicos, quer aqueles ligados às complementaridades entre vários patamares, os tais quatro patamares: Cidades (como chama a União Europeia que nós em Portugal desdobramos na terminologia — é o nosso Poder Local, Municípios e Freguesias); O patamar das Regiões, que em Portugal não tem dimensão política —

com exceção das regiões autónomas dos Açores e Madeira, mas que enfim, existem pelo menos na gestão administrativa do território. E depois, a dimensão Nacional e a dimensão Europeia. E é no fundo comprometermo-nos para melhorar a relação nestes vários níveis, daí o nome.

Procuramos na relação entre os vários níveis gerirmos melhor os recursos, todos eles. Melhorarmos os mecanismos de complementaridade entre os vários patamares e os vários recursos. E obviamente, depois os mecanismos de participação pública, de transparência, aquilo que pode ser contributivo para o fortalecimento da democracia, um maior envolvimento dos cidadãos na vida da gestão destes quatro patamares que, obviamente, se enriquecerá muito se conseguirmos níveis mais altos de participação dos cidadãos.

Grosso modo estas são as boas intenções da Carta, que obviamente lançou como ato político para toda a Europa a subscrever, sabendo obviamente que o mais importante é que consigamos aplicá-la. E todos os trabalhos que possamos fazer nas várias escalas é muito importante que contribua para cumprirmos os nossos objetivos.

E portanto, também pela sua importância política, entendemos que ela deveria ser apreciada discutida e votada na Câmara e na Assembleia Municipal e daí o facto de termos solicitado ao Senhor Presidente o seu agendamento.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[027](#)

“Ex.mos senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara, Vereadores e demais presentes. Em relação a esta Carta Para Governança a Vários Níveis na Europa, em relação à sua forma e ao seu conteúdo, nomeadamente em relação à semântica e terminologia, enfim, o dicionário que é utilizado na sua escrita, que é um documento que usa um conjunto de expressões cada vez mais típicas nos documentos da união europeia e cada vez mais recorrentes naquilo que é a sua ideologia.

Expressões como “participação” “democracia” “transparência” cada vez são mais utilizadas nestes documentos. E é curioso que se usem estas terminologias na exata medida em que cada vez mais os povos da europa vão voltando costas àquilo que é esta união europeia — como aliás se viu nas últimas eleições para o Parlamento Europeu.

Em relação a este documento e a esta carta, ela refere uma ação coordenada da união dos estados membros e das autarquias. Enfim, ela refere uma ação coordenada e cito. «para elaborar e executar as políticas da união europeia». Portanto é apenas para estas políticas que serve. Depois eu vou buscar aqui outras situações, do tal “europez” cada vez mais recorrente. «parcerias de vários atores» «as universidades» «a sociedade civil» seja lá o que isso for! «a democracia participativa» esta agora sai sempre nos documentos da união europeia. «participação dos intervenientes públicos e privados». «promover a participação dos cidadãos». Fica por perceber como é que se faz a participação dos cidadãos? Não foram ouvidos em Maastricht. Não foram ouvidos em Nice. Não foram ouvidos Amesterdão. O tratado de Lisboa teve o referendo e o resultado que vimos. «promover o espírito europeu» seja lá o que isso for! «promover a coesão económica social e territorial». A expressão económica e social é particularmente significativa porque foi um sentimento que foi desaparecendo, na exata medida que os povos da europa sabem bem, e sentem, nomeadamente o nosso em particular, que realmente a coesão foi coisa que não tivemos. Bem pelo contrário.

As contradições do ponto de vista económico e social dentro do espaço europeu foram-se agudizando com o passar do tempo, encontrando-se os povos do sul numa situação de exploração muito mais grave do que aquela em que se encontravam.

Relativamente a esta Carta, ela refere este conjunto de ideias, mas não refere outras que tem sido a marca de água das políticas da União Europeia. Falar e referir expressões como a “concertação de políticas” aos vários níveis, na exata medida em que a União Europeia impõe aos povos contrições naquilo que é o poder legislativo por exemplo dos seus próprios estados, e o nosso país sabe disso através das imposições que teve de fazer para se submeter melhor aos ditames da União Europeia. Isto num contexto de uma União Europeia que força países como o nosso a limitar mesmo o que é a autonomia do Poder Local. Ou seja, temos aqui um documento que se por um lado faz o tal “europez para totós” que são as habituais falinhas mansas e conversa fiada, depois verifica-se que a prática é completamente diferente. Aquilo que vemos é uma supressão das democracias e o respeito entre instituições, respeito entre estados membros e o respeito entre os povos que decidiram ou decidiram por eles nalguns casos, aderir à União Europeia. Portanto da nossa parte este documento não tem qualquer espécie de consideração. Nós consideramos que este documento é mais do mesmo. É mais do mesmo daquilo que tem sido a União Europeia. Nós da nossa parte este documento não merece qualquer apoio. Apenas reforça aquilo que tem sido uma política negativa da união europeia para o nosso país. Tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[028](#)

“Bem, o Bloco de Esquerda valoriza alguns dos princípios fundamentais que norteiam a Carta de Governança a Vários Níveis ao Nível da Europa. Alguns.

Mas o que é mais interessante nesta Carta é que nesses pontos ela é contrária precisamente ao que tem sido a política do PSD e do CDS tanto no governo da república como nos governos locais em Portugal!

Estou a falar da “transparência” na vida política que do ponto de vista semântico é fácil concordar. Todos nós concordamos isso, mas não passa na nossa opinião de uma pouco credível declaração de intenções.

Por outro lado esta Carta assume um dos princípios económicos basilar neste momento na união europeia, que é a existência das parcerias entre o público e o privado — e que foram na nossa opinião uma das principais causas que mergulharam a Europa numa crise profunda. Aliás, não se entende de uma Câmara para quê e porquê querer subscrever esta Carta, seja ela qual Câmara for. Entendemos que é uma fuga para a frente do poder político vigente, numa altura em que a união europeia, por responsabilidade desse poder político vigente, está mergulhada numa das mais graves crises da história a nível social, a nível económico, e também a nível da sua identidade política.

Neste momento há mais de cem milhões de europeus a viver em pobreza extrema!? Concluimos assim que esta Carta não tem um significado maior do que ser uma vã tentativa para que tudo continue na mesma.

Aliás, ninguém consegue entender que se fale “coordenação política e empenho comum” numa altura em que o próprio poder político no sul da europa se afastou para ser substituído pelo poder económico, a Troika por exemplo, e mesmo pelo actual modelo económico. Consideramos assim que esta Carta serve apenas para atirar areia para os olhos dos cidadãos europeus e não podemos contribuir para tal. Muito o brigado.”

Vogal Maria da Luz (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[029](#)

“Muito boa noite. Então é assim. É realmente uma Carta à escala europeia mas como vemos a realidade é bem diferente. Penso que as palavras ditas anteriormente pelos

colegas deputados tem realmente isso de verdade. Existe realmente um afastamento da participação a nível eleitoral (assistimos a isso nas últimas eleições para a europa), há uma indiferença face à política, há uma desconfiança para com os políticos, há o alheamento também das agendas dos órgãos de comunicação social, portanto como é que pode haver uma participação cívica?

E aquilo que está plasmado na Carta como é que pode ser eficaz e ter algum reflexo naquilo que pode ser a participação cívica?

Eu face ao que aqui foi dito acho que nunca me vou opor a uma Carta com estes ideais. Mas hoje a agenda tem muitos ideais, não é. Por isso são assim as nossas políticas publicas. A tal participação cívica é diminuta e no concreto com este documento. Porque deveria proporcionar (e era isso que eu aqui deixava em aberto) alguns debates públicos de formação à população destes conteúdos. Para que se faça debate publico acerca destas matérias para que as pessoas saibam o que é que estas “cartas” dizem para que se efetivem na prática. Sem este feedback não há políticas participativas nem democracia. A adesão a esta carta não espelha a vontade real das políticas publica e dessa tal relativa proximidade que hoje em dia cada vez menos se sente. Mas o apelo é esse mesmo. Ao menos faça-se alguma coisa pedagogia naquilo que são alguns meios possíveis. Obrigado”

Vogal Aida Tavares (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁰

“Boa noite a todos. Eu gostava de dizer que esta Carta é um documento redundante na política regional europeia. Isto é um pilar básico da política regional europeia e que já vem desde a CEE.

A importância deste documento é no fundo, os seus signatários que assumem um compromisso com alguns princípios da subsidiariedade.

Eu gostaria de ver um pouco mais destes princípios ativos neste município. Por exemplo na sessão passada eu chamei atenção para que fosse feita uma publicitação dos regulamentos que estão em discussão pública, colocando-os na página de entrada da Câmara e não foi feito! Eu acho que os cidadãos continuam a não conhecer documentos que estão em discussão pública. Eu já vi que estão lá, mas eu tenho a certeza que a maioria dos cidadãos não sabem como chegar a eles.

Gostaria também de ter mais público nas assembleias municipais. Temos muito pouca participação dos nossos cidadãos — e existe um motivo e nós sabemos qual é.

Também gostava que as Juntas de Freguesia tivessem um pouco mais de competências. As informações que temos é que foram esvaziadas de competências!

Vamos ver se esta Carta irá ser apenas um documento de campanha, de visualização publicitária. Porque no fundo também é isto uma das vantagens da Carta. As maiores visibilidades que estão de acordo com os princípios da Carta não tem a possibilidade de fazer a informação das medidas que vão contra os princípios que vão contra ao que está na carta. Vamos esperar que as coisas corram bem e a minha sugestão, e espero que caminhemos nesse sentido da carta e dos compromissos que vão ser assumidos.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³¹

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³²

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Esta Carta de Governação a Vários Níveis da Europa, começa logo por ter um nome infeliz. Nem se percebe muito bem, não é um nome obvio. A leitura deste documento de facto o documento é interessante mas não traz novidade. É um documento que vem na esteira da Carta da Autonomia Local, que nós

ratificámos na nossa ordem jurídica na década de noventa. Evoluiu mais que essa carta da autonomia local, pois este documento não diz respeito só à autonomia local mas também à autonomia local. Nesse sentido aprofunda as intenções dessa carta de autonomia local. E contempla princípios fundamentais da governação local e que a maior parte deles está previsto na nossa Constituição. E portanto a adesão a este documento é natural por parte do município de Aveiro e por parte dos municípios portugueses. O problema está em dar conteúdo nestes princípios que aqui estão plasmados que hoje seguramente todos nós vamos aderir. E eu queria lembrar, até porque estamos num contexto local de uma Assembleia Municipal, é o contributo que o município de Aveiro e nomeadamente os seus órgãos autárquicos, podem dar para a concretização destes princípios. E julgo que a discussão tem de ser feita a este nível. Parece-me que é isso que as pessoas esperam da discussão deste ponto. Quando se diz por exemplo que se tem de promover a democracia participativa, que se tem de promover a participação dos cidadãos no ciclo político, parece-me que no município de Aveiro, nós andámos para trás na assunção destes princípios.

Veja-se o regulamento desta assembleia municipal; veja-se a questão dos regulamentos da não consulta pública e a falta de vontade política de se implementar essa discussão na sociedade aveirense; veja-se a falta de reuniões de Câmara descentralizadas que é um espaço formal de auscultação dos cidadãos e que no fundo serve para dar a conhecer a forma como os órgãos funcionam. E isso também tem uma pedagogia democrática importante. Veja-se por exemplo (e é um desafio que lançamos e portanto não tem ainda um tom crítico) a implementação de espaços de debate, com a responsabilidade assumida pela Câmara, em áreas de governação que são importantes e que importa ouvir os cidadãos. Por exemplo na estratégia de desenvolvimento do nosso futuro coletivo que há-de estar plasmada em instrumentos de gestão territorial que importa dar a conhecer para se saber qual o estado da arte, para saber em que sentido caminhamos. E é importante recolher os contributos de todos. É normal e fica bem no jargão político dizer-se que estamos abertos aos contributos que a sociedade aveirense, nomeadamente as suas coletividades, associações e cidadãos organizados podem dar. Mas é importante auscultarmos individualmente, assim as pessoas o queiram, ouvir as pessoas. E importante criar espaços para que isso possa acontecer. E isso dá trabalho. E isso exige de facto persistência. E exige sobretudo vontade política de entender a governação local dessa forma.

Este é um documento muito exigente a esse nível. E como disse, o município de Aveiro não tem dado bons exemplos a este nível. Portanto, importa aqui perceber, até porque no título dois pretende-se que se implementem soluções “inovadoras e digitais” entre outras com certeza, mas pelo menos a Carta destaca estas duas, saber como é que vamos fazer isto. Recordo que foi abandonado, com as justificações que o senhor presidente aqui deu da metodologia do orçamento participativo, mas se calhar importaria repensar uma metodologia parecida em que não fosse preciso gastar dinheiro. Por exemplo existem orçamentos participativos feitos nas escolas. Enfim, é uma metodologia democrática que é importante implementar com a participação dos jovens e não, ao longo do tempo nesta assembleia municipal, um parlamento jovem que funcionou, enfim, para fazer perceber às nossas crianças e jovens como funcionam as nossas instituições democráticas, mas no âmbito das escolas implementar este tipo de medidas que incutam desde cedo uma apetência democrática no modo de funcionamento da nossa democracia local.

Portanto este é um documento de grande exigência e não deixamos, e fazer notar, que V.Exa diga que medidas concretas pretende aqui adotar para a concretização destes princípios, sendo certo que já aqui identificámos algumas questões que não cumprem estes princípios que V. Exa pretende agora com este documento assumir.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³³

“Senhor Presidente, deixe-me começar por dizer que para o peditório da participação das pessoas e da transparências das decisões, já dei. E portanto não vou responder a essas questões que já foram aqui amplamente discutidas. Cada vez que surge aqui alguma questão que se relacione com a Europa agora, aproveita-se e bate-se no município de Aveiro! É preciso saber, saber perder. Olhem quando se perde é assim a vida não é. Quando a gente ganha, ganha e exerce o poder. Quando a gente perde não exerce. Faz parte da vida. Discute-se, propõe-se, é-se derrotado, chega-se a consensos, acabou-se — faz parte da vida.

Já estive na oposição, já estive no poder, já estive em todo lado, e portanto não me parece que nós tenhamos que estar constantemente a voltar a essa matéria.

Sobre e concretamente a Carta para a Governação a Vários Níveis na Europa, eu penso que é útil que Aveiro adira a esta Carta.

Penso também que é útil que, as diversas instâncias do Poder em Portugal percebam no mínimo o que aconteceu nomeadamente nas eleições. E que percebam porque que as pessoas se têm afastado dos assuntos europeus. E percebam que os tempos em que os dinheiros do FEDER e do Fundo Social Europeu alimentavam os nossos egos já passou e, portanto, está na altura de fazer um aprofundamento político do funcionamento da União Europeia. Isso é que é fundamental. A Carta é um bom ponto de partida. É um bom ponto de partida desde que se garanta as transparências das decisões dos órgãos europeus, a democraticidade dessas decisões, e que não sejamos alimentados com algumas querelas como a recente querela acerca da possível eleição do Presidente da Comissão Europeia.

É fundamental que as instâncias nacionais façam saber em Bruxelas e em Berlim, particularmente neste último, que a democracia se faz cumprindo aquilo que se promete aos cidadãos. E que a democracia se faz explicando aos cidadãos por que razão é que são tomadas determinadas decisões. E que não se faz apenas com processos de intenções.

Portanto, eu olho para a Carta para a Governação a Vários Níveis na Europa, como um ponto de partida para reformulação da forma como a Europa lida com os seus cidadãos. E é nesse sentido que eu apoio a adesão do município de Aveiro a esta Carta.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito o obrigado a todos. Eu posso começar pelo fim porque acho que esta nota do Henrique Diz é a nota que interessa.

E para explicar um bocadinho, eventualmente deveria ter dito isto no princípio. Qual foi a lógica deste movimento liderado pelo Comité das Regiões? Este movimento que teve como corolário esta Carta é um acto dos Poderes Locais e Regionais da Europa, para com os poderes dos Estados e os poderes da União Europeia. Tenhamos esta consciência.

Aquilo que nós sentimos em Portugal, das tensões com o Poder Central, da diminuição do poder, do centralismo, da sobreposição de competências, do desajustamento na afetação de recursos financeiros face a essas mesma competências, etc, é uma doença dos estados membros da União.

E este movimento político nasce desta constatação e de ter um trabalho que durou quase dois anos para ter um acto político que obviamente agora ao qual se vai procurar dar consistência, dar aplicação prática, mas que tem este movimento.

É um acto dos Poderes Locais e Regionais (são aqueles que estão representados no Comité das Regiões) para com os poderes dos Estados nacionais e os poderes de governação da própria União. Isto é fundamental para percebermos porque isto é assim.

E, com aquela consciência, que sempre achamos que nós dos Poderes Regionais e Locais temos mais consciência disto que os poderes nacionais e da União. Embora acontece muitas vezes que, quando alguns de nós vão para lá ficam como os que já lá estavam! Portanto há aqui movimentos que vá lá saber-se, mas pronto, esperamos que alguns possam melhorar isto.

Por exemplo, o Presidente do Comité das Regiões, na reunião desta semana em que foi a da despedida dele porque foi eleito a deputado ao Parlamento Europeu, pode ser uma ponta de lança, porque reconhecem lá os mais antigos, que foi um homem que fez um grande trabalho no Comité das Regiões, pode ser que seja um elemento importante na reforma de uma instituição que tem uma complexidade funcional monumental que deriva logo dos seus quase setecentos e cinquenta membros!

E portanto este é um dado muito importante. E esta nota que referiu o Henrique Diz, da relação e da reforma de uma relação da União com os seus cidadãos tem muito a ver com isso. Aquilo que também disse o Paulo Marques de responsabilização e de clarificação de atitudes, é muito dos objetivos deste acto político liderado pelo Comité. E lembrar isto (que é uma das fortalezas da União), na União constroem-se decisões por actos de concertação! A concertação é um acto político formal nos processos de decisão dentro dos órgãos. Concertação entre Estados membros e concertação entre os órgãos da própria União e o órgão agregado Comité das Regiões. Não é um órgão da União mas é um órgão agregado de consulta obrigatória ao abrigo do Tratado de Lisboa, de consulta obrigatória na produção legislativa do Parlamento Europeu e de alguma matéria da Comissão e do próprio Conselho Europeu.

Portanto deixar isto como nota clara e importante. Todos nós estamos de acordo sobre aquilo que é preciso fazer de coerência, consequência e de inovação.

E em relação à Inovação, foi o Marques Pereira que usou essa expressão, citando o próprio documento, sobre a participação dos cidadãos, há uma coisa que é muito importante. Isto de pensarmos que a participação da democracia é virem assistir à Assembleia e irem a reuniões dizer coisas sobre regulamentos, não existe! É por essas e por outras que chegámos ao empobrecimento da democracia. E não estamos a ser capazes de ter mecanismos novos que aliciem os cidadãos à participação. Vir assistir às reuniões e participar nas discussões dos regulamentos municipais é absolutamente redutor — é isso mesmo. Temos todos, nós agentes políticos, que ser inovadores, sermos mais atrativos para conseguirmos atrair mais gente para a participação pública e para o fortalecimento da democracia. Enfim, já falámos aqui sobre algumas das ilações das eleições ao Parlamento Europeu, há aqui uma necessidade grande de inovar de facto. Obviamente discordando, a maior parte de nós discorda, do que disse o Filipe Guerra sobre a União Europeia — o que seria Portugal se não fosse um Estado membro da União Europeia, quer dizer? Nem vale a pena sequer fazermos esse exercício porque a consequência seria tão triste nem vale a pena pensarmos nisso.

É evidente que não temos o poder da Inglaterra. A Inglaterra tem um poder de estar a ameaçar com uma ameaça forte de poder sair. Mas a Inglaterra descolonizou bem. Nós descolonizamos com os pés! Saímos à guerra. Eles descolonizaram com acordos económicos. E uma das redes mais fortes economicamente do mundo. E não é só económica. É social, é cultural, é desportiva, chama-se Commonwealth. Nós descolonizámos com os pés e à porrada. Onde é que está o nosso back. Hoje Londres é uma das praças financeiras mais importantes da europa muito por força daquilo que fez

quando descolonizou — entre outras competências. Portanto nós não temos essa capacidade. Não temos. Por muitos motivos. Uns por natureza histórica outros de natureza intrínseca ligados aquilo que somos com dimensão económica, etc.

Portanto eu julgo que este é um movimento de compromisso. É um compromisso que é importante, mas que o temos de trabalhar nesta lógica de sensibilização para poderes que de facto não estão na melhor forma. Os poderes dos Estados, os poderes nacionais dos Estados membros e os poderes da União, temos todos consciência, que não estão na melhor forma.

Tem havido muita positividade. A União tem sido importante para a paz, para o desenvolvimento económico, etc, mas não se adaptou, não conseguiu reagir às dinâmicas do novo mundo, especialmente (eu sempre digo isto) os fracassos da União tem uma âncora em 2008 da qual ainda não conseguimos sair. E é muito importante que se consiga, mas a concertação entre estes Estados e os seus órgãos é absolutamente essencial. Pelo que vamos vendo e ouvindo do trabalho de eleição do novo Presidente da Comissão é obviamente altamente preocupante porque só vemos desconcertação e obviamente assim vamos é enfraquecer uma União que o que precisa é de uma dose fortalecimento. É um órgão político que é seguramente importante e que todos possamos dar contributos para que ele seja o mais consequente possível. É isso seguramente que todos queremos.”

Membros da Assembleia

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁷ Ponto 6. - Apreciação e votação da “Carta para a Governação a Vários Níveis na Europa”, sendo aprovado por maioria, com trinta e cinco votos (PSD15+CDS6+PS10+IND4), zero abstenções, e dois votos contra (BE1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰³⁸

“A minha declaração de voto é minha intervenção que fiz no ponto.”

Ponto 7. - Apreciação e votação da Moção – Em defesa da FARAV “Feira de Artesanato de Aveiro e dos artesãos”.

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do artigo 31.º do Regimento:⁰⁴⁰

“Senhor Presidente, eu entendo quando alguém ou alguma força política apresenta uma Moção a esta Assembleia ela deve cumprir com as competências da Assembleia que a de deliberar alguma coisa. Eu li a Moção e a Moção não implica nenhuma deliberação!? O tema até me é querido, mas não sei o que é que vamos deliberar. E portanto, aquilo que eu proponho é que se retire o ponto da ordem de trabalhos. Não estou a fugir à discussão. É um tema que eu até gostava de discutir mas eu não percebo o que é para deliberar. Ainda por cima promete mais informação mas nem sequer chegou a própria Moção!? Muito obrigado.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do artigo 31.º do Regimento:⁰⁴¹

“Senhor Presidente para uma interpelação à Mesa. Não iria eu suscitar esta questão, mas já que ela foi colocada. Então e a menos que haja outro documento, não este que nos foi enviado, que classifico como uma carta enviada a V. Exa. e que termina em discurso direto da signatária, de que iria anexar informação. Não vejo aqui uma Moção que possa ser votada. E portanto, a questão é: obviamente o Senhor Presidente é que admite os documentos e os qualifica (a Mesa com recurso para o plenário), mas manifestamente é uma pergunta que dirigia à Mesa, se estamos na presença de uma Moção? E agradecia que fosse clarificado para podermos prosseguir os trabalhos.”

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia, nos termos regimentais, ⁰⁴²retirou o ponto da Moção agendado na ordem-do-dia da Sessão.

Ponto 8. - Apreciação e votação da despesa plurianual de prestação de Serviços de Segurança e Vigilância das instalações dos Serviços Urbanos.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 18/06/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁴³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

“Uma nota simples e sumária. Isto é uma formalidade que tem de ser cumprida por força de ser um compromisso plurianual. Dar nota que é uma operação importante. Amanhã é o nosso dia um nas nossas instalações dos Armazéns. Ainda com prosseguimento de trabalho de obras, a obra não está concluída, mas está praticamente concluído o mecanismo de mudança. Faltam pequenos elementos que agora são trabalhados no resto da semana. Sabendo que a instalação das pessoas e a centralidade da atividade essa amanhã já está nas novas instalações.

Depois, enfim, lá mais para a frente, vamos convidar os membros da Assembleia Municipal para uma visita guiada a essas mesmas instalações logo que a acomodação dos serviços esteja terminada e seguramente estará nas próximas semanas e faremos essa diligência.

É uma instalação grande, fora de eixos, onde a segurança passiva fosse suficiente para cuidar. Portanto esta prestação de serviços é que vai tomar conta entre as vinte e as oito da manhã e ao fim-de-semana. É um instrumento absolutamente necessário.

Fizemos uma experiência depois de consultar várias empresas que correu muito bem nestes três meses que ainda estão a decorrer e, portanto, convidámos esta empresa que nos fez esse trabalho durante estes três meses para apresentar uma proposta. Foi feito o devido procedimento, tivemos uma condição financeira muito melhorada do que aquela que tínhamos e portanto é essa matéria que está em causa, enfim, para essa adjudicação de serviço.

Mas para esse ato específico tem de vir à Assembleia porque passou a ser um compromisso a três anos. O que está em causa é a segurança de pessoas e bens nos nossos armazéns e portanto é neste quadro que a proposta é apresentada. Muito obrigado.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira.)

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[045](#)

“Bem, foi-nos dito que foram consultadas várias empresas, mas a informação que nos chegou na documentação não é essa!?”

“É só para dizer que por princípio, independentemente do valor, o Bloco não vota favoravelmente nenhum ajuste direto. É verdade e que a lei o permite, mas também é verdade que não o obriga e é um mau princípio o ajuste direto.

Portanto eu gostava de saber que empresas e por que valores foram contactadas antes do negócio? Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[046](#)

“Nós achamos que realmente este serviço é necessário, mas também estamos de acordo com a posição do Bloco de Esquerda, de que apesar de ser permitido o ajuste direto no regime de contratação, para montantes desta natureza devem ser consultadas várias empresas. O Senhor Presidente já disse que consultou, mas não diz quais! Invetivo o senhor Presidente da dizer quais as empresas que foram consultadas.

Depois, este documento vem a esta assembleia por força da lei dos compromissos. Compromissos plurianuais que nos termos do artigo 6.º da lei 8/2012, número um, alínea c) venha a esta Assembleia. Eu tenho dúvidas na articulação com a lei desta vinda e da forma como a proposta é apresentada? Não esclarece e eu julgo que é necessário um esclarecimento. Diz que a verba orçada ou a verba a incluir nos plurianuais tem cabimento orçamental. Mas hoje é necessário mais que o cabimento orçamental. Todos nós sabemos como os cabimentos orçamentais funcionam. O Senhor presidente já disse ai que veio uma lei que criou um arripio aos cabimentos orçamentais e que não é possível fazerem-se orçamentos de forma ou seja que os orçamentos tradicionais não são possíveis hoje porque o legislador criou uma forma de orçamentar que não possibilita tudo.

Bem, isto é uma lateralidade, mas eu sempre me bati para que os orçamentos fossem parecidos com a realidade. E os municípios e as instituições que fazem contabilidade orçamental sabem muito bem, até a exemplo das receitas que vão obtendo dos anos anteriores, e foi julgo esse o sentido que o legislador dizer quais são as verbas possíveis de incluir nas suas receitas. Para quê? Para que façam despesas adequadas.

E dizia eu, isto tem cabimento orçamental. Mas não tem!?! Aqui não figura o compromisso, pelo menos não recolho isso desta informação trazida. Pode ser lapso meu, mas portanto eu agradecia informação do senhor presidente se à luz da lei dos compromissos, já está previstas as receitas pelas quais esta despesa vai ser paga?

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[047](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas para dizer que para além disto ser uma obrigatoriedade demonstra de facto um ato de boa gestão. Porque dadas as instalações no DSU é preferível preparar as coisas como devem ser e por já de início uma empresa de segurança a tomar conta daquele novo espaço da nossa autarquia do que daqui a uns dois meses ou três termos já lá problemas de assaltos por não termos lá segurança.

Portanto acho que isto é um ato de boa gestão e vem a esta assembleia derivado à lei dos compromissos esta assembleia tem de dar aprovação do mesmo. Muito o brigado.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[048](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Já na votação que houve na Câmara Municipal sobre esta matéria o Partido Socialista votou contra, não será surpresa que terá que ser a maioria que sustenta o executivo municipal a suportar esta despesa. Que vem aqui, com os seus méritos ou deméritos, mas que a lei impõe que uma despesa com caracter plurianual ela tem de vir à Assembleia Municipal.

Mas quero dizer, por uma questão de princípio, que não resultam manifestamente (pelo contrário) não resultam reunidos os pressupostos que justificariam o recurso a um ajuste direto! O seja, os dois fundamentos que o Tribunal de Contas assume como inequivocamente sustentando o ajuste direto que são a urgência ou a infungibilidade da prestação — manifestamente não é o caso de nenhuma destas.

Sendo certo que, da análise do Processo Administrativo — e o Processo Administrativo, é bom que esclareçamos, é o conjunto de documentos que suportam a expressão da manifestação da Administração nos exatos termos da lei. Portanto um conjunto de documentos e não informações orais. A matéria que tinha que ser submetida a esta Assembleia foi nos termos em que a Câmara entendeu fazer, ora não resulta efetivamente ter sido feita uma consulta ao mercado para aferir das mesmas condições em que veio a ser contratado.

Julgo, mas isso não consta do processo, julgo que terá sido feita uma consulta a três meses e manifestamente uma consulta a três meses não suporta uma forma contratual a três anos. Se eu pergunto a vários fornecedores qual o preço que me fazem a três meses eu não posso com o preço que me fazem a três meses usar essa consulta para sustentar numa contratação a três anos.

Mas isso, é uma opção que o Senhor Presidente tomará. Obviamente os limiares legais da despesa existe obviamente para autorizar que ela possa ser feita dentro desses limiares, mas o que eu queria enfatizar é que o ajuste direto não dispensa a consulta ao mercado. Nesse pressuposto queria apenas referir a ser verdade a informação que me é dada e que não consta, repito, do processo que foi enviado à Assembleia, a consulta não sustentará este ajuste direto.

Mas sobretudo o que eu queria dizer é que a informação que o Senhor Vereador nos presta no âmbito dos documentos que nos são fornecidos, não correspondem à verdade.

Não corresponde à verdade porque manifestamente incorre num erro que se pode qualificar num erro dos pressupostos de Direito. Quando o senhor Vereador escreve que terminado um determinado contrato torna-se necessário que seja aberto novo procedimento por ajuste direto, nos termos do Código dos Contratos Públicos, só posso tomar como um lapso de escrita. Porque manifestamente não é necessário que seja aberto um novo procedimento por ajuste direto. A lei não impõe ajustes diretos em caso algum. A lei faculta que em determinados pressupostos se possa optar por um ajuste direto. Portanto esta informação nos termos em que está redigida receio bem que tenha induzido em erro — ou não! Admito que na tramitação interna tenha sido esclarecido. Mas portanto queria apenas referir que não se verificando, não resultando demonstrada uma consulta ao mercado da qual decorra que as condições contratuais pelas quais se optou foram as mais vantajosas para o município (não estou a dizer que o não sejam. Estou a dizer que dos documentos que nos foram facultados não decorre essa constatação). Sendo certo que de igual modo se comprova que não estamos numa

situação de contratação decorrida ou derivada de situação de urgência ou de infungibilidade da prestação, o Partido Socialista votará contra.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[049](#)

“Obrigado, Senhor Presidente. Deixe-me esclarecer senhor deputado que eu não suporto a despesa, mas suporto apenas a decisão — a despesa não tenciono suportar! E não tenciono suportar por um motivo muito simples. Tenho confiança no executivo municipal e, portanto, tenho confiança que o executivo municipal utilizou os procedimentos legais adequados à situação.

É verdade que a política portuguesa é cheia de desconfiança, esse é um problema que temos desde o tempo do Senhor Dr. António Oliveira Salazar (é preciso controlar tudo não fosse alguém ficar com um tostão). A lei prevê os mecanismos que permitem ajustes diretos. Há manifestamente um caso de urgência e certamente foi essa urgência que foi utilizada para o procedimento adotado pela Câmara. Portanto, nada temos a opor.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[050](#)

“Quando nós tomamos a decisão de transferir as instalações para estes edifícios era obrigatório cuidarmos da segurança. Não podíamos ir para lá sem esta questão estar tratada. E foi desenvolvido um procedimento. Foram contactadas catorze empresas. Todas as empresas que conhecemos que operam no mercado português foram contactadas. Apresentaram propostas onze empresas, que cito os nomes: Ronsegur, Segurev, Lidersegur, Segurev, Comansegur, Strong, 2045, Lider, Securitas, Grupo 8, Prosegur, Charon, e Pretisbel. Destas ganhou a consulta a Securitas pelo simples motivo de ter apresentado o preço mais baixo.

Essa prestação de serviços estava apenas referenciada para o período de onze de Março a trinta de Junho. Portanto não tinha pressuposto de renovação. Ela tinha este encaixe temporal e, portanto, era preciso um novo procedimento.

Entendemos que estavam cumpridos os preceitos legais, todos, para usarmos um procedimento ágil, rápido, diligente, tirando proveito de um bom serviço e de uma proposta imbatível por um motivo muito simples — uma questão de mercado esta empresa é a prestadora de serviços para a maior parte dos nossos vizinhos e por isso tem condições de apresentar propostas absolutamente imbatíveis em termos de qualidade e preço. Nós aqui jogámos só com o preço. Mas devo dizer-vos que num conjunto de competências que temos, nomeadamente ao nível da vídeo vigilância, camaras de vigilância que as vão ver lá, complementares à presença, são características técnicas que esta proposta tinha e que outras não tinham e mesmo assim com preço mais baixo.

Com o procedimento cumprimos também o preceito de reduzirmos a despesa dado que baixámos quarenta e três por cento o custo da prestação de serviços que tivemos para o período anterior, anterior que ainda está em vigor até ao próximo dia trinta de junho.

Quanto a custos, Dr. Jorge Nascimento. Não gosto de voltar muito a isto, mas olhe o findo negativo da Câmara a trinta um de dezembro era de vinte sete milhões de euros (eu disse, repito, não quero repetir isto muitas vezes, mas enfim) a nossa Câmara se cumprisse em absoluto, a cem por cento a lei dos compromissos estava fechada, nem ordenados pagava — meta isto na sua cabeça porque esta é a nossa triste realidade de quem tinha vinte milhões de euros de fundo negativo a trinta e um de dezembro de dois mil e treze, ok.

O que é que estamos a tomar? Mil medidas de redução da despesa. Nós vamos passar a pagar seiscentos e cinquenta euros por mês deste serviço. Nós tínhamos e vamos passar

a pagar zero euros de renda. Nos armazéns donde estamos a sair pagávamos vinte e um mil euros de renda mês! Tínhamos cinco funcionários que só faziam portaria com horas extraordinárias e subsídio de turno porque eram eles que faziam a portaria vinte quatro horas por dia e fim-de-semana. E baixamos de uma forma monumental o custo de instalação e gestão na componente de segurança. Portanto vejam. É evidente podemos ter problemas legais por estarmos a tomar esta medida e não estarmos a cumprir cem por cento a lei dos compromissos? Podemos. Mas achamos que demonstramos com uma facilidade imensa e uma evidência fortíssima, que este é um dos muitos bons atos de gestão para acabarmos com desperdícios absolutamente graves como aquele que se andou a fazer ao longo de todos estes anos com os armazéns gerais.

Portanto, é um ato de excelentíssima gestão de redução de muitas centenas de milhares de euros de despesa, com um procedimento (e tenham essa tranquilidade) que cumpre em absoluto os mecanismos legais — como não podia deixar de ser.

Embora, como seres humanos, cometemos erros, as nossas equipas técnicas que trabalharam esta matéria também são seres humanos, também cometem erros. Mas sinceramente trata-se de um procedimento particularmente simples para verificar a sua conformidade legal e obviamente a sua bondade financeira é absolutamente evidente e inequívoca. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[051](#)

O Senhor Presidente da Câmara não esclareceu! Eu gostava de saber se esta despesa está ou não sujeita à lei dos compromissos e se com esta despesa a Câmara considerou a lei dos compromissos ou não? Simplesmente isso. O Senhor Presidente andou por aí às voltas com despesas anteriores, que é um ato de boa gestão ou deixa de ser.

Senhor Presidente, nós queremos saber é se isto está a cumprir a lei dos compromissos? Eu não sei se está. Cumpre à Câmara dizer para eu votar para não ser incomodado mais tarde eu quero saber se está ou não está a cumprir. Só isso. Concreto.

Agora atos de boa gestão, se calhar boa despesa que se fariam, que calhar não se podem, fazer. É uma questão completamente diferente. Eu queria que o Senhor Presidente se pudesse responder neste concreto.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[052](#)

“Dr. Jorge Nascimento eventualmente um dia pode ser chamado à justiça neste processo, mas não é exatamente por esta votação. Mas por toda a desgraça, que o senhor bem conhece, da gestão deste dossier que é absolutamente miserável e criminoso no que respeita à gestão financeira. A Câmara deitou para o lixo três vírgula quatro milhões de euros, que é de facto um dos mais graves atentados à moralidade pública da gestão de uma coisa que é de todos nós, praticada no nosso município.

Quanto a isto, Senhor Dr. esta proposta cumpre a lei dos compromissos. Pensei que tinha explicado isso. Peço desculpa não ter sido claro. O que eu estou a dizer é que a nossa Câmara no seu conjunto não cumpre.

O trabalho que estamos a fazer é de irmos cumprindo, de cumprirmos cada vez mais, para chegarmos o mais rápido que seja possível ao cumprimento pleno que não temos.

Era isso que eu estava a dizer. Se tivéssemos a abordagem do cumprimento pleno nós temos de fechar a porta porque não cumprimos.

Especificamente, na gestão que estamos a fazer, no manuseamento de fundos, da afetação desta despesa, não ao cabimento mas à sua colocação dentro do fundo, da construção do fundo, temos cabimento e temos fundo para esta despesa em específico. O que eu lhe falei foi na relativização à totalidade das operações da nossa Câmara. Espero que agora tenha sido mais claro. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁵³ Ponto 8. - Apreciação e votação da despesa plurianual de prestação de Serviços de Segurança e Vigilância das instalações dos Serviços Urbanos, sendo aprovado por maioria, com vinte dois votos a favor (PSD15+CDS6+IND1), uma abstenção (IND1), e treze votos contra (PS9+BE1+PCP1+IND2).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Presidente da Mesa:

“Voto favorável decorreu das explicações dadas pelo presidente da CMA relativamente à poupança que a nova solução implica face ao que até agora se verificava e à garantia dada de que todos os procedimentos legais relativos à realização da despesa foram verificados.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):⁰⁵⁴

“Os membros do movimento dos independentes por Aveiro votaram contra por não terem ficado suficientemente esclarecidos quanto ao rigoroso cumprimento da lei dos compromissos.”

Presidente da Mesa:⁰⁵⁵

“Senhor deputado, mesmo depois da Câmara dizer que tinha escrupulosamente cumprido a lei dos compromissos. Portanto V. Exa considera que o Presidente faltou à verdade, é isso?”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰⁵⁶

“Como membro desta Assembleia, protesto contra a intervenção do Sr. Presidente da Mesa, quando verbera, no meu modesto entender sem ter o direito de o fazer, uma declaração de voto. Muito obrigado.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário da existência de munícipes inscritos para este período regimental.

Usou da palavra o munícipe Fernando Florentino Marques,⁰⁵⁸ que veio expor da problemática da colocação de publicidade eleitoral dos Partidos, na Rotunda do Marnoto (acesso à A25).

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁹

“Dirijo-me ao munícipe em particular porque referiu o PCP, mas também naturalmente a todos os presentes. Dizer o seguinte em relação à fixação de publicidade, que é a

expressão utilizada pelo munícipe. A rotunda do Marnoto, por parte do PCP, nos seus processos eleitorais até não costuma ter. Mas mesmo que tivesse, teria e continuaria a tê-la, porque não temos publicidade. Nós temos uma mensagem política e temos propaganda. Nós lutámos muito e pagámos caríssimo, caríssimo, especialmente neste Partido. Muitos comunistas de Aveiro pagaram caríssimo, com muitos anos de prisão, pela possibilidade de passar a nossa mensagem para quem a entender. Portanto da nossa parte não aceitamos qualquer tipo de condicionamento.

Em relação ao muro que foi pintado. O muro foi pintado, a Câmara de Aveiro pintou por cima, a verdade é esta. A liberdade de expressão dos cidadãos também inclui isto. Inclui a possibilidade de pintar paredes com as mensagens que quisermos. Paredes, naturalmente, aquelas em que isso se apropria. Por acaso não consideramos que tenha havido prejuízo público por aí além. E até lhe lembro o que estava escrito nessa parede. Estava escrito: “Avante com abril, uma revolução carregada de futuro”. E é isso que o PCP defende, é isso que continuará a defender — as liberdades democráticas, as liberdades de informação, de todos. Tenho dito.”

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁰

“Apenas queria dizer em relação à intervenção anterior o seguinte (e isto serve para todos os partidos, não apenas para o partido comunista): não está aqui em causa as mensagens dos partidos. Obviamente não é isso que se pretende evitar.

O que está aqui em causa é o bom senso dos partidos nas campanhas. E sinceramente, confundir liberdade de expressão com destruição de património alheio não é bem a mesma coisa.

Os partidos têm os seus espaços próprios, têm os seus outdoors próprios que contratam e muito bem, mas daí a começarmos a pintar paredes! Infelizmente é uma prática que tem acontecido um pouco por toda a parte pelos vários partidos. E penso que é momento de pensar a forma como propagandamos ou transmitimos a mensagem aos cidadãos. Porque isso também é um pouco a imagem daquilo que os partidos são ou pretendem ser.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição. Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,⁰⁶¹ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária Junho.

Eram 23:00 horas do dia 23 de Junho de 2014.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(2:15)